



**CÂMARA MUNICIPAL DE ALTO RIO DOCE**  
ESTADO DE MINAS GERAIS  
Av. Carlos Couto, 32 – Centro  
CEP 36260-000 – Alto Rio Doce - MG

**Do Controlador Interno da Câmara Municipal de Alto Rio Doce/MG**  
**Ao Excelentíssimo Senhor Presidente da Câmara Municipal de Alto Rio Doce,**

Senhor Presidente,

Tendo em vista a realização da inspeção interna referente ao mês de **abril de 2024** apresento o relatório de Controle Interno, com análise durante o decurso normal dos trabalhos de inspeção.

Fico ao inteiro dispor de Vossa Excelência para quaisquer esclarecimentos adicionais que se fizerem necessários a respeito.

**Alto Rio Doce, 01 de agosto de 2024.**

**ERIVELTO ARLINDO FERREIRA**

**Mat. 097**

**-Controlador Interno-**

**Câmara Municipal de Alto Rio Doce – MG**



# CÂMARA MUNICIPAL DE ALTO RIO DOCE

ESTADO DE MINAS GERAIS

Av. Carlos Couto, 32 – Centro

CEP 36260-000 – Alto Rio Doce - MG

**Ao Excelentíssimo Senhor Presidente da Câmara Municipal de Alto Rio Doce.**

## *Apresentação:*

A existência do sistema de controle interno é uma exigência legal, no entanto sua utilização não se justifica apenas para atender os mandamentos decorrentes da legislação, mas, principalmente, para promover a melhoria na alocação dos recursos públicos, evitando fraudes, erros e desperdícios que prejudicam a obtenção dos resultados pretendidos por essa entidade. Ele assegura que os órgãos atuem em consonância com os princípios constitucionais, em especial, o princípio da legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência.

Além disso, o Controle Interno integra a estrutura organizacional da Administração, tendo por função acompanhar a execução dos atos e apontar, em caráter sugestivo, preventivo ou corretivamente, as ações a serem desempenhadas. Ainda, note-se o caráter opinativo do Controle Interno, haja vista que o gestor pode ou não atender à proposta que lhe seja indicada, sendo dele a responsabilidade e risco dos atos praticados.

Com a efetiva implantação do controle interno, a Administração Pública garante à sociedade instrumentos de transparência na gestão dos recursos públicos, com responsabilidade e ética por parte dos gestores, cumprindo uma gestão fiscal responsável em atendimento às exigências da Lei de Responsabilidade Fiscal, bem como garantindo o cumprimento da atribuição constitucional determinada ao Controle Interno de apoiar o Controle Externo no exercício de sua missão institucional.

Feitas as verificações constatou-se:



# CÂMARA MUNICIPAL DE ALTO RIO DOCE

ESTADO DE MINAS GERAIS

Av. Carlos Couto, 32 – Centro

CEP 36260-000 – Alto Rio Doce - MG

## INFORMAÇÕES E ANÁLISES

A câmara, no mês em questão, possuía 08 servidores:

<b>Número de Servidores</b>	<b>Servidores Efetivos</b>	<b>Comissionados</b>
08	05	03

### **Quadro Efetivo até 30/04/2024**

<b>Nome</b>	<b>Cargo</b>
Marlone Barbosa Pereira	Assessor Jurídico/Advogado
Erivelto Arlindo Ferreira	Controlador Interno
Rejaine Beviláqua Siqueira	Assessor Contábil/Contador
Luana Cruz Batista da Silva	Recepcionista
Regina Maria de Carvalho Guilarducci	Auxiliar de limpeza

### **Quadro de Comissionados**

Os servidores comissionados até 30/04/2024

<b>Nome</b>	<b>Cargo</b>
Ludimila Fernandes Rodrigues	Assessor de Gabinete
Elismar de Paula	Assessor Legislativo e Parlamentar
Vinícius Adriano Silva Nunes	Assessor Legislativo e Parlamentar



# CÂMARA MUNICIPAL DE ALTO RIO DOCE

ESTADO DE MINAS GERAIS

Av. Carlos Couto, 32 – Centro

CEP 36260-000 – Alto Rio Doce - MG

## GESTÃO DOS REPASSES PELO EXECUTIVO

Os valores do duodécimo repassado para o Poder Legislativo no mês de **abril de 2024** foram de **183.450,00** (cento e oitenta e três mil, quatrocentos e cinquenta reais).

Mês	Valor Anual de Repasse	Total Repassado No Mês	Saldo para repasse
JANEIRO	R\$ 2.201.400,00	183.450,00	R\$2.017.950,00
FEVEREIRO	R\$ 2.201.400,00	183.450,00	R\$ 1.834.500,00
MARÇO	R\$ 2.201.400,00	*** 171.647,19	R\$ 1.662.852,81
ABRIL	R\$ 2.201.400,00	183.450,00	R\$ 1.480.202,81

\*\*\* Desconto de valor retido ao término do exercício anterior.

**TOTAL DE REPASSE ATÉ ABRIL 2024: R\$ 721.197,19**

### Acumulado mensal

Janeiro	<b>R\$ 183.450,00</b>
Fevereiro	R\$ 183.450,00
Março	R\$ 171.647,19
Abril	R\$ 183.450,00
<b>Total</b>	<b>R\$ 721.197,19</b>

### DESPESAS



**CÂMARA MUNICIPAL DE ALTO RIO DOCE**  
**ESTADO DE MINAS GERAIS**  
 Av. Carlos Couto, 32 – Centro

CEP 36260-000 – Alto Rio Doce - MG

CÂMARA MUNICIPAL DE ALTO RIO DOCE  
 CONTABILIDADE 2024  
 BALANCETE DE DESPESA - 04/2024

CONTA	DESCRICAÇÃO	FICHA	FIXADA	CREDITOS	ANULACOES	***** DESPESAS EMPENHADAS *****	***** DESPESAS PAGAS *****	EMPENHADO A PAGAR	SALDO ORÇAMENTARIO		
						NO MES	ATE O MES	NO MES	ATE O MES		
01.001.000	CORPO LEGISLATIVO										
01	LEGISLATIVA										
031	ACAO LEGISLATIVA										
0100	ATUAÇÃO LEGISLATIVA										
4.001	MANUTENÇÃO DAS DESPESAS DO COR										
3.1.90.11.00	VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS	00001	600.000,00	0,00	0,00	49.549,86	175.013,73	49.549,86	175.013,73	0,00	424.986,27
3.1.90.13.00	OBRIGAÇÕES PATRONAIS	00002	125.000,00	0,00	0,00	10.405,44	26.419,54	0,00	16.014,10	10.405,44	98.580,46
3.3.90.08.00	OUTROS BENEFÍCIOS ASSISTENCIAIS	00003	65.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	65.000,00
3.3.90.14.00	DIÁRIAS - CIVIL	00004	30.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	30.000,00
3.3.90.93.00	INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES	00005	100,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	100,00
4.002	CAPACITAÇÃO DE VEREADORES										
3.3.90.39.00	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS -	00006	15.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	15.000,00
TOTAL 01.001.000 - CORPO LEGISLATIVO			835.100,00	0,00	0,00	59.955,30	201.433,27	49.549,86	191.027,83	10.405,44	633.666,73
01.002.000	SECRETARIA DA CÂMARA										
01	LEGISLATIVA										
031	ACAO LEGISLATIVA										
0100	ATUAÇÃO LEGISLATIVA										
3.001	AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS E B										
4.4.90.52.00	EQUIPAMENTO E MATERIAL PERMANE	00007	100.000,00	0,00	0,00	0,00	12.566,60	6.500,00	8.800,00	3.766,60	87.433,40
3.002	CONSTRUÇÃO, AMPLIAÇÃO E REFORMA										
4.4.90.51.00	OBRAS E INSTALAÇÕES	00008	20.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	20.000,00
4.003	MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES SECR										
3.3.90.30.00	MATERIAL DE CONSUMO	00009	30.000,00	0,00	0,00	228,03	3.482,32	497,08	1.914,29	1.568,03	26.517,68
3.3.90.34.00	OUTRAS DESP. PES. DEC. CONT. TER	00010	160.300,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	160.300,00
3.3.90.35.00	SERVIÇOS DE CONSULTORIA	00011	10.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	10.000,00
3.3.90.36.00	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS -	00012	20.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	20.000,00
3.3.90.37.00	LOCAÇÃO DE MÃO-DE-OBRA	00013	100,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	100,00
3.3.90.39.00	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS -	00014	60.000,00	0,00	0,00	0,00	27.940,73	818,12	4.758,84	23.181,89	32.059,27
3.3.90.40.00	SERVIÇOS TECNOLOGIA INFOR E CO	00015	45.000,00	0,00	0,00	3.840,00	38.903,07	3.459,80	11.673,07	27.230,00	6.096,93
3.3.90.47.00	OBRIGAÇÕES TRIBUTÁRIAS E CONTR	00016	100,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	100,00
3.3.90.92.00	DESPESAS DE EXERCÍCIOS ANTERIO	00017	100,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	100,00
3.3.90.93.00	INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES	00018	10.000,00	0,00	0,00	0,00	101,37	0,00	101,37	0,00	9.898,63
4.004	MANUTENÇÃO DAS DESPESAS COM SE										
3.1.90.04.00	CONTRATAÇÃO POR TEMPO DETERMIN	00019	32.000,00	0,00	0,00	5.929,91	5.929,91	5.929,91	5.929,91	0,00	26.070,09
3.1.90.11.00	VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS	00020	600.000,00	0,00	0,00	37.885,88	130.342,72	43.170,76	130.342,72	0,00	469.657,28
3.1.90.13.00	OBRIGAÇÕES PATRONAIS	00021	126.000,00	0,00	0,00	9.102,45	20.492,92	0,00	11.390,47	9.102,45	105.507,08
3.1.90.94.00	INDENIZAÇÕES RESTITUIÇÕES TRAB	00022	20.000,00	0,00	0,00	0,00	2.221,59	0,00	2.221,59	0,00	17.778,41
3.3.90.08.00	OUTROS BENEFÍCIOS ASSISTENCIAIS	00023	72.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	72.000,00
3.3.90.14.00	DIÁRIAS - CIVIL	00024	30.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	30.000,00
3.3.90.39.00	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS -	00025	100,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	100,00
3.3.90.46.00	AUXÍLIO-ALIMENTAÇÃO	00026	100,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	100,00
3.3.90.93.00	INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES	00027	100,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	100,00
4.005	CAPACITAÇÃO DE SERVIDORES										
3.3.90.39.00	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS -	00028	15.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	15.000,00
4.006	MANUTENÇÃO DAS DESPESAS COM PU										
3.3.90.39.00	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS -	00029	15.000,00	0,00	0,00	0,00	1.683,21	0,00	0,00	1.683,21	13.316,79

Contato: [controladoriainterna@altoriodoce.mg.leg.br](mailto:controladoriainterna@altoriodoce.mg.leg.br)



**CÂMARA MUNICIPAL DE ALTO RIO DOCE**  
**ESTADO DE MINAS GERAIS**  
 Av. Carlos Couto, 32 – Centro  
 CEP 36260-000 – Alto Rio Doce - MG

CÂMARA MUNICIPAL DE ALTO RIO DOCE  
 CONTABILIDADE 2024  
 BALANCETE DE DESPESA - 04/2024

CONTA	DESCRICAÇÃO	FIXADA	CREDITOS	ANULACOES	***** DESPESAS EMPENHADAS *****		***** DESPESAS PAGAS *****		EMPENHADO A PAGAR	SALDO ORÇAMENTARIO
					NO MES	ATE O MES	NO MES	ATE O MES		
4.007	EVENTOS INSTITUCIONAIS									
3.3.90.30.00	MATERIAL DE CONSUMO 00030	100,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	100,00
3.3.90.36.00	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - 00031	100,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	100,00
3.3.90.39.00	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - 00032	100,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	100,00
3.3.90.47.00	OBRIGAÇÕES TRIBUTÁRIAS E CONTR 00033	100,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	100,00
<b>TOTAL 01.002.000 - SECRETARIA DA CÂMARA</b>		<b>1.366.300,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>56.986,27</b>	<b>243.664,44</b>	<b>60.375,67</b>	<b>177.132,26</b>	<b>66.532,18</b>	<b>1.122.635,56</b>
<b>TOTAL DO ÓRGÃO 01 - PODER LEGISLATIVO</b>		<b>2.201.400,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>116.941,57</b>	<b>445.097,71</b>	<b>109.925,53</b>	<b>368.160,09</b>	<b>76.937,62</b>	<b>1.756.302,29</b>
<b>TOTAL DESPESA ORÇAMENTÁRIA</b>		<b>2.201.400,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>116.941,57</b>	<b>445.097,71</b>	<b>109.925,53</b>	<b>368.160,09</b>	<b>76.937,62</b>	<b>1.756.302,29</b>
8.0.21.01.00	DEVOLUÇÃO DE REPASSE 00041	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
<b>TOTAL DESPESA TRANSF. FINANCEIRAS</b>		<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>
8.8.03.01.00	EMPRÉSTIMO CONSIGNADO B. ITAU-C 00069						0,00	0,00		
8.8.03.02.00	I.N.S.S.CÂMARA 00070						0,00	21.149,62		
8.8.03.03.00	IMPOSTO RENDA RETIDO FONTE-CÂM 00062						0,00	40,49		
8.8.03.03.00	IMPOSTO RENDA RETIDO FONTE-CÂM 00074						3.765,79	11.164,91		
8.8.03.04.00	RENTABILIDADE DE APLICAÇÃO FIN 00071						3.526,50	8.353,74		
8.8.03.05.00	RESTITUIÇÕES 00073						0,00	0,00		
8.8.03.06.00	CONSIGNADO BANCO DO BRASIL 00063						0,00	0,00		
8.8.03.07.00	CONTRIBUIÇÃO SINDICAL 00064						0,00	0,00		
8.8.03.08.00	DEPÓSITOS JUDICIAIS 00065						0,00	0,00		
8.8.03.09.00	VALORES A REGULARIZAR EXERCÍCI 00066						0,00	0,00		
8.8.03.10.00	PENSÃO ALIMENTÍCIA 00067						0,00	0,00		
8.8.03.11.00	SALÁRIO FAMÍLIA 00068						0,00	0,00		
8.8.03.12.00	RESTOS A PAGAR 00042						0,00	0,00		
8.8.03.12.01	RESTOS A PAGAR PROCESSADOS 20 00043						0,00	0,00		
8.8.03.12.02	RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS 00044						0,00	0,00		
8.8.03.12.03	RESTOS A PAGAR PROCESSADOS 20 00049						0,00	0,00		
8.8.03.12.04	RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS 00050						0,00	0,00		
8.8.03.12.05	SALÁRIO MATERNIDADE 00072						0,00	0,00		
8.8.03.12.06	RESTOS A PAGAR PROCESSADOS 20 00052						0,00	0,00		
8.8.03.12.07	RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS 00053						0,00	0,00		
8.8.03.12.08	RESTOS A PAGAR PROCESSADOS 20 00054						0,00	0,00		
8.8.03.12.09	RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS 00055						0,00	0,00		
8.8.03.12.10	ISS 00056						0,00	0,00		
8.8.03.12.11	PIS 00057						0,00	0,00		
8.8.03.12.12	COPINS 00058						0,00	0,00		
8.8.03.12.13	CSLL 00059						0,00	0,00		
8.8.03.12.14	RESTOS A PAGAR PROCESSADOS 20 00060						0,00	0,00		
8.8.03.12.15	RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS 00061						27.380,67	57.612,12		
<b>TOTAL DESPESA EXTRA-ORÇAMENTÁRIA</b>							<b>34.672,96</b>	<b>98.320,88</b>		

Contato: [controladoriainterna@altoriodoce.mg.leg.br](mailto:controladoriainterna@altoriodoce.mg.leg.br)



**CÂMARA MUNICIPAL DE ALTO RIO DOCE**  
ESTADO DE MINAS GERAIS  
Av. Carlos Couto, 32 – Centro  
CEP 36260-000 – Alto Rio Doce - MG

CÂMARA MUNICIPAL DE ALTO RIO DOCE  
CONTABILIDADE 2024  
BALANCETE DE DESPESA - 04/2024

CONTA	DESCRICAO	FIXADA	CREDITOS	ANULACOES	***** DESPESAS EMPENHADAS *****		***** DESPESAS PAGAS *****		EMPENHADO A PAGAR	SALDO ORCAMENTARIO
					NO MES	ATE O MES	NO MES	ATE O MES		
TOTAL		2.201.400,00	0,00	0,00	116.941,57	445.097,71	144.598,49	466.480,97	76.937,62	1.756.302,29
TOTAL CAIXA / BANCO PROXIMO PERIODO							598.550,74	598.550,74		
TOTAL GERAL		2.201.400,00	0,00	0,00	116.941,57	445.097,71	743.149,23	1.065.031,71	76.937,62	1.756.302,29

PRESIDENTE DA CÂMARA  
MARCO ANTÔNIO PEREIRA  
C.P.F.: 00330622692

CONTADORA  
REJAINÉ BEVILAQUA SIQUEIRA  
C.P.F.: 02527800602  
C.R.C.: MG75263/0-0

CONTROLE INTERNO  
ERIVELTO ARLINDO FERREIRA  
C.P.F.: 11202588638







**CÂMARA MUNICIPAL DE ALTO RIO DOCE**  
ESTADO DE MINAS GERAIS  
Av. Carlos Couto, 32 – Centro  
CEP 36260-000 – Alto Rio Doce – MG

**Despesa orçamentária acumulada a partir de janeiro de 2024**

Janeiro	<b>R\$ 75.585,66</b>
Fevereiro	<b>R\$ 92.338,31</b>
Março	<b>R\$ 90.310,59</b>
Abril	<b>R\$ 109.925,53</b>
<b>Total</b>	<b>R\$ 368.160,09</b>

**GESTÃO DE PESSOAL**

As despesas com pessoal no mês de abril de 2024 podem ser visualizadas a seguir:

**Folha de pagamento**

<b>Descrição</b>	<b>Orçado</b>	<b>Suplementado</b>	<b>Pago no mês</b>	<b>Pago no ano</b>
Corpo Legislativo	R\$ 600.000,00	-	<b>R\$ 49.549,86</b>	<b>R\$ 175.013,73</b>
Servidores	R\$ 600.000,00	-	<b>R\$ 43.170,76</b>	<b>R\$ 130.342,72</b>

**Atendimento ao ART. 29-A CF/88**

§ 1º A Câmara Municipal não gastará mais de 70% (setenta por cento) de sua receita com folha de pagamento, incluído o gasto com o subsídio de seus vereadores.





# CÂMARA MUNICIPAL DE ALTO RIO DOCE

ESTADO DE MINAS GERAIS

Av. Carlos Couto, 32 – Centro

CEP 36260-000 – Alto Rio Doce – MG

*A folha de pagamento da Câmara Municipal, incluindo o gasto com o subsídio de seus Vereadores, para fins de apuração do limite preceituado no § 1o do art. 29-A da Constituição da República, não compreende os gastos com inativos, os encargos sociais e as contribuições patronais. (SÚMULA 100 – TCEMG (MODIFICADA NO D.O.C. DE 05/05/11 – PÁG. 10 – MANTIDA NO D.O.C. DE 07/04/14 – PÁG. 04)).*

Mês	Transferência	Gasto	Porcentagem
Janeiro	R\$ 183.450,00	R\$ 70.555,60	38,46%
Fevereiro	R\$ 183.450,00	R\$ 72.948,20	39,76%
Março	R\$171.647,19	R\$71.586,35	41,70%
Abril	R\$ 183.450,00	R\$ 92.720,62	50,54%
<b>Total até o mês</b>	<b>R\$ 721.997,19</b>	<b>R\$ 307.810,77</b>	<b>42,63%</b>

## Gasto com pessoal

O gasto com pessoal liquidado no mês de abril de 2024 foi de R\$ 112.228,51, desses R\$ 92.720,62 correspondem aos vencimentos, vantagens e outras despesas variáveis, R\$19.507,89 correspondem às obrigações patronais.

A Câmara deve obedecer ao limite máximo de 6% (seis por cento) da receita corrente líquida para gastos com pessoal, não contrariando, portanto, o art. 20, III, da Lei Complementar 101/2000 (Lei de Responsabilidade Fiscal).

Ainda, o art. 18 da mencionada lei, prega que, para os efeitos desta Lei Complementar, entende-se como despesa total com pessoal: o somatório dos gastos do ente da Federação com os ativos, os inativos e os pensionistas, relativos a mandatos eletivos, cargos, funções ou empregos, civis, militares e de membros de Poder, com quaisquer espécies remuneratórias, tais como vencimentos e vantagens, fixas e variáveis, subsídios, proventos da aposentadoria, reformas e pensões, inclusive adicionais, gratificações, horas extras e vantagens pessoais de qualquer natureza, bem como encargos sociais e contribuições recolhidas pelo ente às entidades de previdência. E, de acordo com o parágrafo



## CÂMARA MUNICIPAL DE ALTO RIO DOCE

ESTADO DE MINAS GERAIS

Av. Carlos Couto, 32 – Centro

CEP 36260-000 – Alto Rio Doce – MG

§ 2º A despesa total com pessoal será apurada somando-se a realizada no mês em referência com as dos 11 (onze) imediatamente anteriores, **adotando-se o regime de competência**, independentemente de empenho.

Vejamos:

Art. 18. Para os efeitos desta Lei Complementar, entende-se como despesa total com pessoal: o somatório dos gastos do ente da Federação com os ativos, os inativos e os pensionistas, relativos a mandatos eletivos, cargos, funções ou empregos, civis, militares e de membros de Poder, com quaisquer espécies remuneratórias, tais como vencimentos e vantagens, fixas e variáveis, subsídios, proventos da aposentadoria, reformas e pensões, inclusive adicionais, gratificações, horas extras e vantagens pessoais de qualquer natureza, bem como encargos sociais e contribuições recolhidas pelo ente às entidades de previdência.

Art. 19. Para os fins do disposto no caput do art. 169 da Constituição, a despesa total com pessoal, em cada período de apuração e em cada ente da Federação, não poderá exceder os percentuais da receita corrente líquida, a seguir discriminados:

III - Municípios: 60% (sessenta por cento).

Art. 20. A repartição dos limites globais do art. 19 não poderá exceder os seguintes percentuais:

III - na esfera municipal:

a) 6% (seis por cento) para o Legislativo, incluído o Tribunal de Contas do Município, quando houver;

Art. 169 (CRFB/1988). A despesa com pessoal ativo e inativo e pensionistas da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios não pode exceder os limites estabelecidos em lei complementar. (Redação dada pela Emenda Constitucional nº 109, de 2021)



# CÂMARA MUNICIPAL DE ALTO RIO DOCE

ESTADO DE MINAS GERAIS

Av. Carlos Couto, 32 – Centro

CEP 36260-000 – Alto Rio Doce – MG

§ 1º A concessão de qualquer vantagem ou aumento de remuneração, a criação de cargos, empregos e funções ou alteração de estrutura de carreiras, bem como a admissão ou contratação de pessoal, a qualquer título, pelos órgãos e entidades da administração direta ou indireta, inclusive fundações instituídas e mantidas pelo poder público, só poderão ser feitas: (Renumerado do parágrafo único, pela Emenda Constitucional nº 19, de 1998) (Vide Emenda constitucional nº 106, de 2020)

I - se houver prévia dotação orçamentária suficiente para atender às projeções de despesa de pessoal e aos acréscimos dela decorrentes; (Incluído pela Emenda Constitucional nº 19, de 1998).

II - se houver autorização específica na lei de diretrizes orçamentárias, ressalvadas as empresas públicas e as sociedades de economia mista. (Incluído pela Emenda Constitucional nº 19, de 1998).

## Gasto com pessoal acumulado a partir de **abril de 2023**

Mês	Receita Corrente Liquida	Limite Máximo (6%)	Limite Prudencial (5,7%)	Despesa Total	Percentual
Maio	R\$ 3.323.683,59	R\$ 199.421,01	R\$ 189.449,96	R\$ 83.050,26	2,49%
Junho	R\$ 2.954.754,08	R\$ 177.285,24	R\$ 168.420,98	R\$ 83.184,50	2,81 %
Julho	R\$ 3.352.257,24	R\$ 201.135,43	R\$ 191.078,66	R\$97.578,37	2,91%
Agosto	R\$ 3.343.140,30	R\$ 200.588,41	R\$ 190.558,99	R\$ 74.300,08	2,24%
Setembro	R\$ 2.662.537,01	R\$ 159.752,22	R\$ 151.764,60	R\$ 87.152,82	3,85%
Outubro	R\$ 2.807.310,96	R\$ 168.438,65	R\$ 160.016,72	R\$ 85.797,44	3,21%



# CÂMARA MUNICIPAL DE ALTO RIO DOCE

ESTADO DE MINAS GERAIS

Av. Carlos Couto, 32 – Centro

CEP 36260-000 – Alto Rio Doce – MG

Novembro	R\$ 3.517.490,82	R\$ 211.049,44	R\$ 200.496,97	R\$ 100.376,48	2,87%
Dezembro	R\$ 4.207.212,49	R\$ 252.432,74	R\$ 239.811,11	R\$ 186.023,06	4,42%
Janeiro 2024	R\$ 3.671.626,65	R\$ 220.297,59	R\$ 209.282,71	R\$ 85.372,27	2,32%
Fevereiro 2024	R\$ 3.899.773,62	R\$ 233.986,41	R\$ 222.287,09	R\$ 87.764,87	2,25%
Março 2024	R\$ 3.294.845,98	R\$ 197.690,75	R\$ 187.806,22	R\$ 84.174,25	2,55%
Maió 2024	R\$ 3.321.804,31	R\$ 199.308,25	R\$ 189.342,84	R\$ 112.228,51	3,37%

*\*\*Aguardando repasse de dados pela Prefeitura Municipal*

## VIAGENS

### Diárias de viagem – Agentes políticos

Valor Orçado	Valor suplementado	Valor pago no mês	Acumulado
R\$ 30.000,00	-	-	R\$ 30.000,00

\*Não houve viagens.

### Diárias – servidores

Valor Orçado	Valor suplementado	Valor pago no mês	Acumulado
R\$ 30.000,00	-	-	30.000,00

\*Não houve viagens.



CÂMARA MUNICIPAL DE ALTO RIO DOCE  
ESTADO DE MINAS GERAIS  
Av. Carlos Couto, 32 – Centro  
CEP 36260-000 – Alto Rio Doce – MG

## EMPENHOS

O empenho das despesas deve obedecer às normas do Art. 50, II da Lei Complementar nº 101/2000 (Lei de Responsabilidade Fiscal), ou seja, seu registro deve ser segundo o Regime de Competência, de conformidade com as normas do Art. 60 da Lei 4.320/64.

Art. 50 (LC 101/2000). Além de obedecer às demais normas de contabilidade pública, a escrituração das contas públicas observará as seguintes:

II - a despesa e a assunção de compromisso serão registradas segundo o regime de competência, apurando-se, em caráter complementar, o resultado dos fluxos financeiros pelo regime de caixa;

Art. 60 (Lei 4320/64). É vedada a realização de despesa sem prévio empenho.

§ 1º Em casos especiais previstos na legislação específica será dispensada a emissão da nota de empenho.

§ 2º Será feito por estimativa o empenho da despesa cujo montante não se possa determinar.

§ 3º É permitido o empenho global de despesas contratuais e outras, sujeitas a parcelamento.

- As Notas de Empenhos estão assinadas pela autoridade competente e demais responsáveis pela sua emissão;
- Os empenhos das despesas são emitidos de forma prévia, e os documentos de suporte estão anexados as notas de empenho;
- Os empenhos das despesas observam as fontes financeiras corretas, que registram todas as informações básicas;

## SUPLEMENTAÇÃO



CÂMARA MUNICIPAL DE ALTO RIO DOCE  
ESTADO DE MINAS GERAIS  
Av. Carlos Couto, 32 – Centro  
CEP 36260-000 – Alto Rio Doce – MG

A abertura de créditos, adicionais observa o descrito na Lei 4.320/64, em seus artigos 40 a 46 e os limites permitidos na Lei Orçamentária Anual (Lei nº 958/2024) – percentual de 10% para abertura de créditos – Art. 5º. Vejamos:

Art.40. São créditos adicionais, as autorizações de despesa não computadas ou insuficientemente dotadas na Lei de Orçamento.

Art. 41. Os créditos adicionais classificam-se em:

I - suplementares, os destinados a reforço de dotação orçamentária;

II - especiais, os destinados a despesas para as quais não haja dotação orçamentária específica;

III - extraordinários, os destinados a despesas urgentes e imprevistas, em caso de guerra, comoção interna ou calamidade pública.

Art. 42. Os créditos suplementares e especiais serão autorizados por lei e abertos por decreto executivo.

Art. 43. A abertura dos créditos suplementares e especiais depende da existência de recursos disponíveis para ocorrer à despesa e será precedida de exposição justificativa. (Veto rejeitado no DOU, de 5.5.1964)

§ 1º Consideram-se recursos para o fim deste artigo, desde que não comprometidos: (Veto rejeitado no DOU, de 5.5.1964)

I - o superávit financeiro apurado em balanço patrimonial do exercício anterior; (Veto rejeitado no DOU, de 5.5.1964)

II - os provenientes de excesso de arrecadação; (Veto rejeitado no DOU, de 5.5.1964)

III - os resultantes de anulação parcial ou total de dotações orçamentárias ou de créditos adicionais, autorizados em Lei; (Veto rejeitado no DOU, de 5.5.1964)

IV - o produto de operações de crédito autorizadas, em forma que juridicamente possibilite ao poder executivo realizá-las. (Veto rejeitado no DOU, de 5.5.1964)

§ 2º Entende-se por superávit financeiro a diferença positiva entre o ativo financeiro e o passivo financeiro, conjugando-se, ainda, os saldos dos créditos



## CÂMARA MUNICIPAL DE ALTO RIO DOCE

ESTADO DE MINAS GERAIS

Av. Carlos Couto, 32 – Centro

CEP 36260-000 – Alto Rio Doce – MG

adicionais transferidos e as operações de crédito a eles vinculadas.  
(Veto rejeitado no DOU, de 5.5.1964)

§ 3º Entende-se por excesso de arrecadação, para os fins deste artigo, o saldo positivo das diferenças acumuladas mês a mês entre a arrecadação prevista e a realizada, considerando-se, ainda, a tendência do exercício. (Veto rejeitado no DOU, de 5.5.1964) (Vide Lei nº 6.343, de 1976).

§ 4º Para o fim de apurar os recursos utilizáveis, provenientes de excesso de arrecadação, deduzir-se-á a importância dos créditos extraordinários abertos no exercício. (Veto rejeitado no DOU, de 5.5.1964).

Art. 44. Os créditos extraordinários serão abertos por decreto do Poder Executivo, que deles dará imediato conhecimento ao Poder Legislativo.

Art. 45. Os créditos adicionais terão vigência adstrita ao exercício financeiro em que forem abertos, salvo expressa disposição legal em contrário, quanto aos especiais e extraordinários.

Art. 46. O ato que abrir crédito adicional indicará a importância, a espécie do mesmo e a classificação da despesa, até onde for possível.

- No mês de abril de 2024 não houve suplementações.

### GESTÃO PATRIMONIAL

Valor contábil do imobilizado em 30/04/2024: **R\$ 857.895,06**

Valor do almoxarifado em 30/04/2024: **R\$ 13.711,05**

### GESTÃO DE COMPRAS E CONTRATAÇÕES

Relação de processos abertos até o mês:

**Não houve processos licitatórios em abril de 2024.**





**CÂMARA MUNICIPAL DE ALTO RIO DOCE**  
ESTADO DE MINAS GERAIS  
Av. Carlos Couto, 32 – Centro  
CEP 36260-000 – Alto Rio Doce – MG

## **CONVÊNIOS**

A Câmara possui um convênio com o Banco do Brasil, assinado em 15 de janeiro de 2018. O convênio tem como objeto a concessão de empréstimos e/ou financiamentos aos servidores aposentados e/o pensionistas, mediante consignação em folha.

Não houve alteração.

## **PORTAL DA TRANSPARÊNCIA**

A Lei nº 12.527/2011 regulamenta o direito constitucional de acesso às informações públicas. Essa norma entrou em vigor em 16 de maio de 2012 e criou mecanismos que possibilitam, a qualquer pessoa, física ou jurídica, sem necessidade de apresentar motivo, o recebimento de informações públicas dos órgãos e entidades.

Responsáveis:

- Contadora – responsável pelos relatórios referentes ao cargo;
- Coordenador-Geral – responsável pelos relatórios de compras, processos licitatórios e convênios;
- Assessora Parlamentar – Leis/Portarias/Decretos/Resoluções)
- Controle Interno – Diário

Todos estão cientes da necessidade de manter o cadastro atualizado, respeitando a LEI Nº 12.527, DE 18 DE NOVEMBRO DE 2011.

Link para consulta: <http://pt.altoriodoce.mg.leg.br/Principal>.

*\*Portal da Transparência está sendo atualizado.*

## **ENTRADA E SAÍDA DE DOCUMENTOS**

É adotado o uso do livro de protocolo, o que auxilia na organização, controle de recebimentos e envios de documentos.

Contato: [controladoriainterna@altoriodoce.mg.leg.br](mailto:controladoriainterna@altoriodoce.mg.leg.br)



# CÂMARA MUNICIPAL DE ALTO RIO DOCE

ESTADO DE MINAS GERAIS

Av. Carlos Couto, 32 – Centro

CEP 36260-000 – Alto Rio Doce – MG

Visando a conservação, ao receber documentos, os mesmos devem ser guardados em pastas específicas, onde todos tenham acesso.

Os arquivos da Câmara devem estar guardados em local físico seguro, protegidos dos fatores ambientais, a fim de garantir-lhes a conservação. É utilizada uma sala para a guarda dos arquivos, em 2024 fora realizada digitalização integral dos arquivos legislativos.

## OBRIGAÇÕES PATRONAIS

No município de Alto Rio Doce não há Regime próprio de Previdência; **todas** as obrigações patronais referentes à Previdência são recolhidas ao RGPS – Regime Geral de Previdência Social.

Foram realizados descontos, de acordo com a tabela do INSS, nos vencimentos dos Servidores e na remuneração dos Agentes Políticos, conforme legislação em vigor, observando-se também os salários de contribuição de outros vínculos, naqueles que se enquadram nesta situação, solicitando-se documentos comprobatórios neste caso; e os descontos foram repassados ao INSS. A parte patronal, à razão de 21% conforme apuração da alíquota FAP, foi devidamente recolhida. Em relação a terceiros (autônomos), quando ocorre, a Câmara recolhe a parte patronal, à razão de 20% (vinte por cento). Para efetuar descontos, observou o critério do teto de contribuição, solicitando aos segurados a apresentação de documentos comprobatórios de contribuições ao INSS realizadas através de outros vínculos.

Pode se constatar, pelo INSS e documentos arquivados, que a Câmara encontra-se em dia com suas obrigações patronais para com a Previdência.

Todas as informações previdenciárias contidas no SEFIP (Sistema Empresa de Recolhimento do FGTS e Informações à Previdência Social) são enviadas através do programa Conectividade Social, pela internet, para a Caixa Econômica Federal, e Protocolo de Recebimento é anexado a documentação.

Em abril de 2024 as despesas com obrigações patronais foram de R\$ 19.507,89

A DCTF do mês de abril de 2024 foi enviada em 21 de maio de 2024.



# CÂMARA MUNICIPAL DE ALTO RIO DOCE

ESTADO DE MINAS GERAIS

Av. Carlos Couto, 32 – Centro

CEP 36260-000 – Alto Rio Doce – MG

## CONCILIAÇÃO BANCÁRIA

A Câmara, atualmente, realiza transações bancárias somente com o Banco do Brasil. Os saldos em 30 de abril de 2024 podem ser observados a seguir:

<b>Resumo do mês de abril/2024</b>	
<b>Banco do Brasil – Agência: 00620-0</b>	
<b>Conta aplicação: 87684-4A</b>	
<b>Saldo anterior</b>	<b>538.336,56</b>
Aplicações (+)	165.751,86
Resgates (-)	109.610,47
Rendimento bruto (+)	4.072,79
Imposto de Renda (-)	R\$ 0,00
IOF (-)	R\$ 0,00
Rendimento Líquido	4.072,79
<b>Saldo atual</b>	<b>598.550,74</b>

*\*Saldo em consonância com a situação real da Câmara Municipal.*

## RELATÓRIOS/ENVIO DE DOCUMENTOS

A fim de consolidar e compatibilizar os dados das despesas para atender as exigências legais, a Câmara Municipal deve disponibilizar ao Poder Executivo:

- Demonstrativo de Movimentação de Numerário;
- Balancete de Receita;
- Balancete de Despesa;
- Relatório Resumido da Execução Orçamentária;
- Abertura de Créditos Adicionais Suplementares, sempre que ocorrem;
- Minuta de arrecadação.

Tem assim, a Prefeitura Municipal, os dados necessários à compatibilização e consolidação das despesas para atender às exigências da lei.



# CÂMARA MUNICIPAL DE ALTO RIO DOCE

ESTADO DE MINAS GERAIS

Av. Carlos Couto, 32 – Centro

CEP 36260-000 – Alto Rio Doce – MG

*\*Os relatórios do mês de abril de 2024 foram enviados em 16/05/2024.*

## CONCLUSÃO

O controle interno no legislativo vem buscando desempenhar suas funções da melhor forma possível, buscando defender os interesses econômicos de forma eficiente e a legalidade dos atos. Para tal, é necessário envolver toda administração e conscientizar todos os servidores da importância deste órgão.

Existem fatores a serem aprimorados e setores que exigem maior atenção, como compras e licitações, mas há esforço coletivo para que os trabalhos sejam realizados da melhor maneira possível, sempre respeitando os princípios da administração pública.

Reitera-se que o controle interno não atua apenas na forma fiscalizadora, mas também opera como órgão de apoio ao gestor, buscando maior segurança nas tomadas de decisões, porém, não o obriga a acatar as orientações expostas.

Alto Rio Doce, 08 de agosto de 2024.

**ERIVELTO ARLINDO FERREIRA**

**Mat. 097**

**-Controlador Interno-**

**Câmara Municipal de Alto Rio Doce – MG**